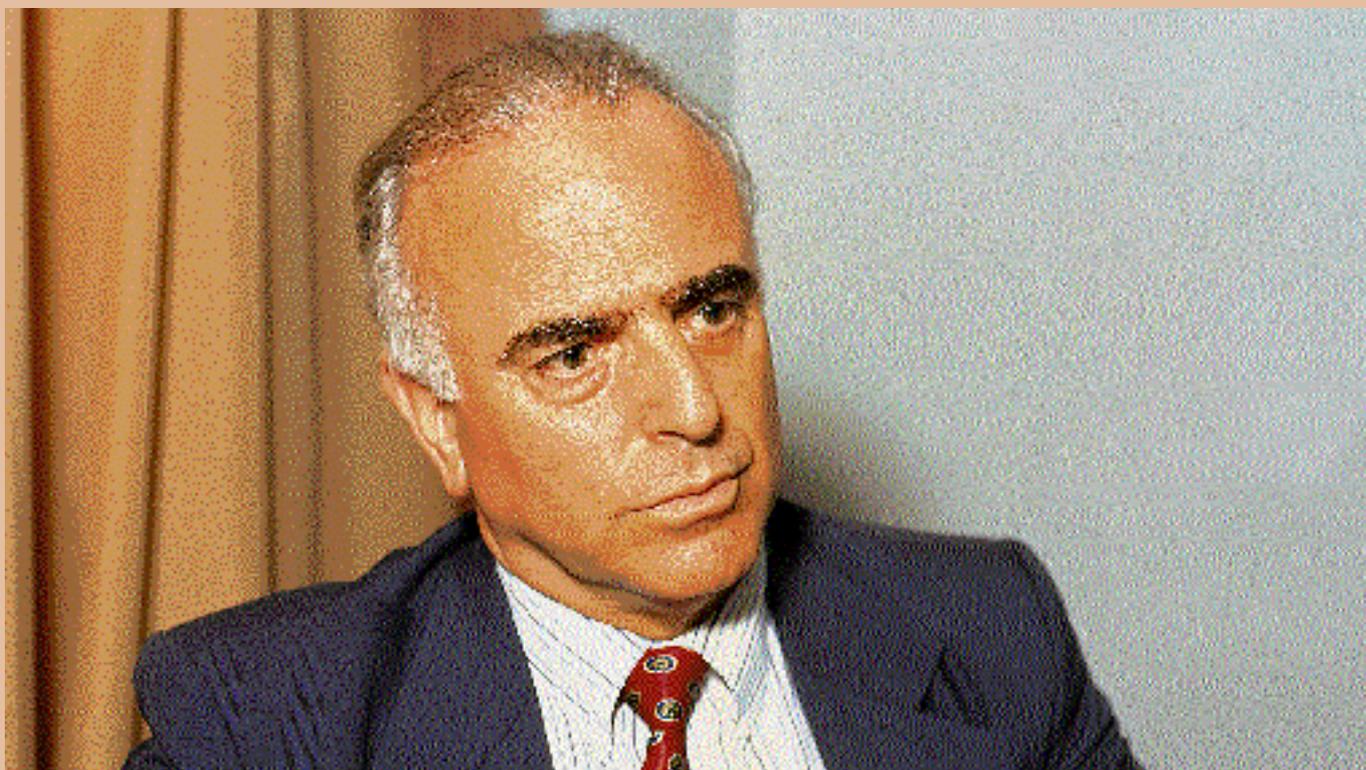


Entrevista
Paulo Renato Souza
por Marcos Cripa

ENSINO FUNDAMENTAL É A PRIORIDADE DO MEC



Desde que assumiu o cargo de ministro da Educação do governo FHC, Paulo Renato Souza vive no olho do furacão. Nenhuma proposta de seu ministério é aprovada sem antes gerar intensa polêmica. A última delas foi o “provão”, mecanismo implantado pelo MEC para avaliar as universidades e que desencadeou um acalorado debate nos meios acadêmico e estudantil. No início da gestão, ele foi taxado de marketeiro por tentar “vender idéias e programas” que não tinham sequer sido avaliados pelos técnicos do ministério, como por exemplo o projeto Educação à Distância. Nesta entrevista, Paulo Renato afirma que a prioridade do governo FHC na área da educação é o ensino fundamental e que é preciso levar em consideração as transformações da sociedade. Do sindicalista que presidiu a Adunicamp, entre os anos de 79 e 81, e liderou manifestações contra o governo Paulo Maluf, ele guarda poucos traços. Justifica-se dizendo que lutava contra a ditadura e que o país mudou. Paulo Renato fala, ainda, sobre o polêmico projeto de autonomia das universidades federais e de sua distante relação com as Associações e com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Adusp - Gostaria que o sr. fizesse uma avaliação da educação no Brasil nos últimos 20 anos.

Paulo Renato - Não há dúvidas que a educação vem melhorando. Se observarmos todos os dados de cobertura do sistema educacional em relação à população em idade escolar, a proporção é muito maior hoje em relação a 20 anos atrás. Nós fomos capazes de instalar a pós-graduação no Brasil praticamente nestes últimos 20/30 anos. Ela é o que temos de melhor no nosso sistema educacional. A pós-graduação tem dado uma contribuição muito importante para o nosso desenvolvimento na área de pesquisa e formação de recursos humanos de alta qualidade. Enfim, acho que há muitas coisas positivas a destacar na evolução da educação no Brasil neste período. Entretanto, a sensação que nós temos, a consciência que nós temos, é que a educação é um problema porque, apesar dessa melhoria, os indicadores de analfabetismo, de repetência e evasão escolar são muito altos, sérios e negativos. Apenas 50% dos alunos, hoje, concluem o primeiro grau, e quem conclui leva em média 11 anos. Além disso, a taxa de analfabetismo continua acima de 15%. Portanto, não é que o sistema não tenha melhorado; talvez ele não tenha melhorado no ritmo requerido pelo nosso desenvolvimento. Se observarmos outros países, como a Coreia, que se desenvolveram nos últimos 30 anos de uma maneira muito rápida, veremos que eles também desenvolveram o seu sistema educacional. Eles partiram, 30 anos atrás, de uma situação muito pior que a brasileira e hoje estão numa situação bem melhor. Eles evoluíram mais rapidamente, e isso eu acho que é uma coisa importante. Nós não melhoramos no ritmo que deveríamos.

Adusp - Não houve melhoria por falta de verbas ou de decisão política?

Paulo Renato - Há vários fatores. Um problema é o da escassez de recursos, mas um outro, muito mais sério, é

o da má distribuição de recursos. Estes países que citei anteriormente sempre dedicaram uma porção muito maior do seu orçamento da educação para a educação básica e não para o ensino superior. Acho que, de alguma forma, o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro correspondeu ao modelo do desenvolvimento econômico que estávamos seguindo; um modelo fechado, de substituição de importações, e era um modelo funcional. Não precisávamos, naquele modelo, ter uma educação de base ampla; nós tínhamos um mercado restrito, mas precisávamos ter tecnologia de ponta, tecnologia nacional e, portanto, desenvolvimento de segmentos de alta qualidade dentro do sistema educacional brasileiro. Eu diria que o modelo de desenvolvimento da educação que nós seguimos foi coerente com o modelo de desenvolvimento econômico que seguimos hoje. Outros países tiveram que enfrentar a questão da abertura de suas economias de uma forma muito mais precoce do que o Brasil e isto talvez os tenha incentivado a um investimento maior na educação de base. Agora, isto se coloca para nós como uma questão crucial porque, de alguma forma, entramos no modelo de economia globalizada, onde a evolução técnica é extremamente rápida e em que o exercício da cidadania, em qualquer dimensão, requer educação de qualidade.

Adusp - O sr. fala em educação de qualidade proporcionada pelo Estado, aí entendendo-se os governos federal, estaduais e municipais, ou a praticada pela iniciativa privada?

Paulo Renato - A proporção de alunos no primeiro grau é de 90% no ensino público e 10% na rede particular; no segundo grau é de 80% para o público e 20% para o particular e, no terceiro grau, é da ordem de 60% do particular e 40% público, considerando todo o setor público (municipal, federal e estadual). Acho que temos que buscar qualidade na educação inde-

pendentemente da forma jurídica ou da vinculação institucional da entidade. Este é o grande desafio, nós não podemos esperar que haja qualidade apenas na escola pública, temos que contar também com a melhoria e a qualidade na escola privada e isto está havendo. Acho que a universidade privada vem melhorando também.

Adusp - O ensino privado vem melhorando por reorientação do Ministério da Educação ou por uma questão meramente mercadológica?

Paulo Renato - Por uma necessidade da própria sociedade. Não é uma questão de mercado, é que a sociedade passa a exigir mais qualidade na formação dos alunos, e se os alunos vem do setor público ou privado isto para o mercado de trabalho não importa muito. Há uma busca justamente de melhorar a qualidade para atender melhor a demanda social.

Adusp - Gostaria que o sr. analisasse os seguintes dados: em 1962, 60% das vagas no terceiro grau eram oferecidas pelas universidades públicas, em 84, 20%, e atualmente apenas 22% dessas mesmas vagas são oferecidas pelo setor público. Porque houve essa inversão?

Paulo Renato - Se você analisar só o percentual na proporção, supõe-se uma visão estática, como se o número de alunos tivesse permanecido o mesmo. Na verdade, neste período, o número de alunos no sistema universitário multiplicou-se por quatro ou cinco vezes. Portanto, houve uma expansão do sistema público e privado em que o sistema privado expandiu-se mais rapidamente. Isto inclusive por uma forma de financiamento da área pública, da universidade pública. Nos últimos anos, por exemplo, nós tivemos um crescimento de financiamento (nas universidades federais) que passou de US\$ 1 bilhão a oito anos atrás para US\$ 5 bilhões no ano passado. E mais, o crescimento do número de matrículas nas universidades públicas federais

aumentou em cerca de 25% para uma multiplicação dos recursos da ordem de cinco vezes. Então, aqui há um problema, não se pode explicar tudo como falta de recursos. É muito simplismo explicar tudo como falta de recursos. Nós temos que ver o problema da eficiência dentro do sistema. É muita responsabilidade, uma vez que este dinheiro é público, proveniente de impostos, e quem paga isto, na maior proporção, é a população carente deste país. A educação não é gratuita, e acho muito importante dizer isto. Alguém paga pela educação, e quem paga não são os alunos que estão freqüentando e sim a população em geral. Este é o ponto crucial e por isto mesmo nós temos que exigir eficiência dentro do setor público, o que não está havendo. Há um problema de recursos. Eles podem ser melhor utilizados.

Adusp - A que eficiência, ou ineficiência, o sr. está se referindo?

Paulo Renato - Por exemplo, acho o sistema de aposentadoria que temos na universidade um absurdo. Significa um grande desperdício de recursos. Em nenhum país do mundo existe este sistema, ou seja, a aposentadoria com 25 anos e salário integral. Isto significa que o custo é muito alto. Nós temos hoje quase 40% de gasto de pessoal, na universidade federal, com aposentados. Significa também que os salários não podem ser maiores. Se o sistema de aposentadoria fosse mais racional, como ocorre em outros países, os salários poderiam ser mais elevados e poderíamos ter mais alunos. O sistema poderia ser maior, e isto para falar apenas da aposentadoria. Podemos falar também das regras do serviço público que são impostas às universidades, das regras de contratação de pessoal, das regras vinculadas ao regime único do servidor, das regras da própria gestão da coisa pública que submete tudo à Lei

A educação não é gratuita, e acho muito importante dizer isto. Alguém paga pela educação, e quem paga não são os alunos que estão freqüentando e sim a população em geral. Este é o ponto crucial e por isto mesmo nós temos que exigir eficiência dentro do setor público, o que não está havendo.

nº 8.666, que nós sabemos que produz ineficiência na aquisição de bens e produtos. Há um conjunto de fatores que leva a esta ineficiência.

Adusp - O sr. foi presidente da Adunicamp, entre 79 e 81; no governo Moutoro, assumiu as secretarias do Planejamento e da Educação; entre 86 e 90, foi reitor da Unicamp; entre 91 e 94, assumiu a gerência de operações do BID e, depois, assumiu o Ministério da Educação. O que mudou nesta trajetória entre o sindicalista e o ministro?

Paulo Renato - Eu me sinto basicamente a mesma pessoa. Obviamente o mundo evoluiu, e não dá para ficar parado, estático. Nós tínhamos um modelo de economia, naquele momento, por exemplo, totalmente fechado. Hoje, temos que nos dar conta de que o mundo mudou e que o Brasil precisa acompanhar esta mudança. O mundo muda, as circunstâncias mudam, e nós temos que olhar estas circunstâncias e mudar também, mantendo uma coerência básica, que eu acredito que tenho mantido ao longo destes anos. Por outro lado, se me convencesse do contrário, teria mudado. Mas, se eu for olhar quando assumi a Adunicamp, por exemplo, a minha grande preocupação era a questão da qualidade da universidade. Nós passamos a realizar seminários; era uma questão de não lutar apenas pelos salários dos professores, mas lutar por uma

universidade de qualidade. Isto estava na minha plataforma para ser eleito presidente da Adunicamp e esteve presente em toda a minha gestão como presidente daquela entidade, e depois sucessivamente. Acho que em todos os cargos que exerci acabei sendo encarregado da educação sem buscar isso. Acabei sendo escolhido secretário, depois eleito reitor e agora ministro. Eu não me preparei especialmente para isto; aconteceu, e hoje tenho uma experiência acumulada muito grande nesta área. Talvez poucos tenham esta experiência, hoje, no Brasil. Na área da educação, a questão da qualidade eu busco sempre com a mesma intensidade, com a mesma força. Um dia desses, reli um artigo que escrevi em 89, sobre a proposta da LDB, e subscreveria este artigo ainda hoje sem nenhuma dúvida. Naquela ocasião eu era reitor da Unicamp.

Adusp - Em síntese, o que dizia o artigo?

Paulo Renato - O artigo era anticorporativo e, na verdade, procurava mostrar a necessidade de a educação se abrir para enxergar a sociedade e buscar qualidade na educação. Falava, também, sobre a avaliação universitária. Fiquei satisfeito, porque estava defendendo a mesma bandeira.

Adusp - O sr. acredita que as associações docentes têm comportamento corporativo? Elas têm a necessidade de discutir o nível, ou seja, a qualidade da universidade, pública ou particular?

Paulo Renato - Eu acho que é necessário, sim, mas confesso que não tenho acompanhado o debate interno nas associações. Parece-me que é necessário, e esta é a visão que nós tínhamos. Sou fundador da Andes, e era presidente da Adunicamp, quando nós fundamos a Andes em Campinas, e a visão que tínhamos era de uma entidade que se preocupasse com a ques-

tão da universidade no seu conjunto. Talvez o caráter sindical da entidade tenha sublinhado em excesso os aspectos corporativos e salariais em relação ao que se pensou inicialmente como um associação de docentes.

Adusp - O sr. é contra o sindicato?

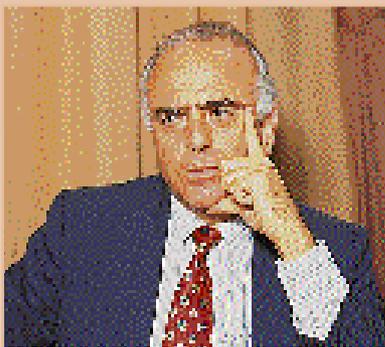
Paulo Renato - Não, ao contrário, acho que é preciso haver espaço para tudo. O que eu reclamo é a necessidade de um debate maior sobre a questão da universidade.

Adusp - Qual é a relação que o sr. tem, hoje, com a Andes?

Paulo Renato - É uma relação um pouco distante. Hoje, observo uma instrumentalização política na entidade. Não se estão discutindo seriamente os argumentos, não se estão usando os dados com transparência e seriedade para buscar uma solução; está se procurando uma contraposição ao governo por uma questão até político-partidária. Estou numa idade em que penso mais em realizar coisas que me parecem mais importantes do que estar me preocupando com questões meramente político-partidárias.

Adusp - Em 79, quando era presidente da Adunicamp, o sr. teve um grande embate com o governo Maluf. Qual é o problema de a Andes se contrapor ao governo FHC? Não é uma atividade lícita a da Andes?

Paulo Renato - A diferença é que o governo FHC foi eleito e o governo Maluf foi imposto pela ditadura. Parece que as pessoas não perceberam esta diferença, que o Brasil mudou, que houve eleição e que as pessoas que estão aqui estão fazendo seriamente o trabalho. Eu estou disposto a discutir qualquer dado, mas vejo um documento da Andes que analisa a questão da autonomia em que os dados são vergonhosamente manipulados. Basta botar o olho para ver uma manipulação grosseira na tentativa de demonstrar que a proposta do governo reduz



Não sou contra o sindicato, ao contrário, acho que é preciso haver espaço para tudo. O que eu reclamo é a necessidade de um debate maior sobre a questão da universidade.

em 50% a verba para a universidade. Este trabalho não é sério. É um pouco revoltante para mim, o sangue ferve quando eu vejo estas coisas.

Adusp - O Ministério da Educação é historicamente ligado ao PFL; o sr. já desmontou essa estrutura?

Paulo Renato - Eu trabalho muito bem com as pessoas de todos os partidos, inclusive há pessoas do PT trabalhando comigo. Tenho pessoas filiadas ao PFL que estão colaborando comigo, e não me preocupei em desmontar máquina nenhuma. Procurei ter uma proposta clara e trabalhar com todo mundo que quisesse trabalhar positivamente no sentido daquela proposta.

Adusp - O anuário da Unesco de 1994 divulgou os seguintes dados com gastos públicos totais na educação, levando-se em consideração o percentual do PIB: em 86, 4,7%; em 88, 4,3%, e em 89, 4,6%. Acontece que, quando o IBGE consolidou os dados, em 86 a percentagem apurada foi de 3,3%; em 88, 3,74%, e em 89, 3,58%. Portanto,

uma diferença significativa. O sr. acredita que os dados possam ter sido manipulados? E mais, os dados encaminhados na sua gestão à Unesco também não podem estar errados?

Paulo Renato - Eu contratei, para realizar este estudo, um dos maiores especialistas em questões fiscais no Brasil, que é o José Roberto Afonso. É ele quem está cumprindo este trabalho neste momento. O que nós levamos foram dados preliminares; os dados que ele está concluindo são inclusive superiores àqueles apresentados. O José Roberto Afonso é doutor pela Unicamp, pessoa de muita respeitabilidade, que trabalha no PNDS. Eu confio nos meus dados. Quem tem outros dados que se apresente e conteste com base em argumentos sólidos.

Adusp - Evidentemente a diferença aparecerá, se é que existe, quando for feita a consolidação dos dados.

Paulo Renato - O problema não é da consolidação, trata-se de uma questão de metodologia. Os dados dos anos anteriores eu não estudei; eu quis fazer uma avaliação a partir dos dados que temos hoje, que são os dados orçamentários, uma estimativa do gasto privado.

Adusp - Pesquisamos alguns dados da Unesco exatamente para tentar esclarecer esta questão.

Paulo Renato - Realmente eu não olhei estes dados referentes aos anos anteriores para saber qual a metodologia. Parti da idéia de que tínhamos que estabelecer uma metodologia que levasse em consideração o conjunto.

Adusp - A manipulação dos dados encaminhados à Unesco é uma hipótese estapafúrdia?

Paulo Renato - Não, eu acho que não... acho que estes dados nos anos anteriores... me parece... eu precisaria analisá-los... me parece que são muito mais relacionados a uma diferença de metodologia. O IBGE, provavelmente

te, está trabalhando apenas com dados da educação pública, e muitas vezes se trabalhava apenas com dados federais, sequer levando em consideração os dados estaduais e municipais.

Adusp - Ministro, o Brasil é um dos pouquíssimos países, se não o único, que jamais informa à Unesco os seus gastos correntes com educação. Informa apenas os gastos totais. Acontece que, ao se computar apenas os gastos totais, o país pode estar fornecendo um índice maior do que aquele efetivamente gasto em educação.

Paulo Renato - Acho que a dificuldade que nós temos hoje no Brasil é de informação de dados. No Brasil, é um problema consolidar dados de gastos estaduais e municipais, fazer a consolidação nacional dos gastos. Em geral isto é muito difícil. Eu sei disso um pouco até pela profissão de economista. Ter um desdobramento dos dados, inclusive com a coisa corrente e capital, é sempre mais difícil. Acho que não há uma preocupação com manipulação.

Adusp - A LDB, ainda em tramitação no Congresso, estabelece o que é gasto com educação. Pressuponho que o MEC também tenha as suas regras para estabelecer o que deve entrar na conta educação e o que deve ficar de fora. Gostaria que o sr. falasse da prática brasileira de se incluir iluminação, construção de praças e a compra de ônibus, por exemplo, como gasto de educação.

Paulo Renato - A LDB vai tocar neste ponto adequadamente. O grande desperdício de recurso com a educação no ensino de primeiro e segundo graus estava vinculado à má distribuição dos recursos. Os prefeitos de municípios muito ricos, que tinham suas necessidades de educação supridas pelo Estado, acabavam indo ao Tribunal de Contas dizer que não tinham que aplicar em educação e permitiam que se aplicassem recursos em transporte, em construção de ginásio de esportes, em sambódromos, na pavimentação de ruas, na merenda escolar - que não é gasto com

educação. Isto era muito típico no estado de São Paulo, porque a alegação era que não havia mais o que gastar na escola, porque a escola não era responsabilidade do município. Isso foi corrigido, ou será corrigido, a partir da Emenda Constitucional nº 14, que foi aprovada no Congresso. Essa emenda redistribuiu os recursos da educação: 15% de acordo com o número de alunos, e obriga que 60% sejam gastos com salário do professor em atividade. Eu acho que, com isto, vamos, na verdade, limitar a própria liberdade dos Tribunais de Contas de aceitar aplicação de recursos que não sejam estritamente educação como se fosse educação.

Adusp - Essa emenda não desmonta projetos educacionais que muitos municípios estão fazendo em outras séries que não seja o I Grau?

Paulo Renato - Eles vão deixar de atender pavimentação de rua, construção de ginásio, bolsas de estudo para faculdade privada. Nós temos 25% para ser aplicado em educação, 15% dos quais têm de ir para o ensino fundamental; os outros 10% deverão ser aplicados prioritariamente pelo município na pré-escola, prioritariamente pelo Estado no segundo grau. Agora, eu tenho no primeiro grau, no Brasil, cerca de 80% dos alunos da rede pública. Portanto, estou reservando para 80% dos alunos apenas 60% dos recursos, 15 sobre 25. Há mais dinheiro do que o suficiente, se aplicado com seriedade. E repito, mais do que suficiente para uma educação de qualidade na pré-escola e no segundo grau.

Adusp - Voltando à questão do ensino universitário, a taxa de inscrição no ensino superior, medida entre jovens de 20/24 anos, é de 11%, ainda segundo dados da Unesco, e 17%, segundo os dados do IBGE para o estado de São Paulo. Acontece que estes percentuais são baixos quando comparados aos índices da Argentina, que registra 43%, Uruguai, 32%, Bolívia, 23% e EUA, 76%.

Como o Ministério da Educação enfrenta este grave e urgente problema?

Paulo Renato - Investindo no primeiro grau. Explico: o número de vagas no sistema de ensino superior no Brasil, hoje, é equivalente ao número de alunos formandos no segundo grau. A relação formandos no segundo grau e vagas na universidade é de 1,2% apenas. Portanto, o sistema de ensino superior no Brasil é exatamente aquilo que o Brasil precisa hoje. Em São Paulo e Rio Grande do Sul é 0,9%. Há mais vagas no sistema de ensino superior do que alunos formandos do segundo grau. No Nordeste, a relação é mais desfavorável. O número de vagas no segundo grau é suficiente, hoje, para o número de alunos que concluem o primeiro grau. Entretanto, menos da metade dos alunos que começam a primeira série do primeiro grau concluem a oitava série, e quem conclui a oitava série leva em média 11 anos. Portanto, o aluno que conclui a oitava série é um aluno velho para o segundo grau, é um aluno que provavelmente já terá que trabalhar, e, por isso, o segundo grau no Brasil é eminentemente noturno, o que significa uma preocupação ineficiente para o ingresso na universidade. Não há dúvida que, face a estes números, para melhorar e ampliar o sistema de ensino universitário no Brasil, temos que melhorar o primeiro grau.

Adusp - Melhorar não só o primeiro, mas também o segundo grau e o ensino superior.

Paulo Renato - Nesse momento, estamos gastando com o ensino superior no Brasil, no âmbito federal, se considerarmos inativos e ativos, mais de 18% do que deve ser dedicado à educação. Estamos gastando R\$ 5,3 bilhões, e oito anos atrás gastávamos R\$ 1 bilhão. O problema não é a falta de recursos, mas sim a boa utilização dos recursos. É por isso que a proposta de autonomia universitária popõe flexibilizar o uso dos recursos.

Adusp - Gostaria que o sr. fizesse uma análise da autonomia conquistada pelas estaduais paulistas, uma vez que naquela ocasião, 1988, o sr. era reitor da Unicamp. Como foi o processo?

Paulo Renato - Eu escrevi o decreto, ainda tenho o manuscrito. Hoje, se olharmos os resultados da autonomia no estado de São Paulo, não há dúvida que são positivos. A universidade é mais eficiente, aumentou o número de alunos, reduziu custos, melhorou a relação professor/aluno, funcionário/aluno; se tornou mais eficiente, ampliou o serviço social que presta. Li uma avaliação feita recentemente que mostra claramente isto. Para a universidade significou uma defesa e uma maior responsabilidade. Na universidade hoje, liberar um professor sem vencimentos é impossível. Os departamentos não liberam porque sabem que vão aumentar a carga de trabalho sobre os demais. A universidade se tornou mais consciente dos recursos de que dispõe e da necessidade de gerir bem estes recursos. Naquele momento, basicamente, nós saíamos de uma greve muito prolongada, onde havia grande insensibilidade por parte do governo, inclusive de receber os próprios reitores. Nós tínhamos dificuldades de ser recebidos pelo governador para tratar do assunto, e aquilo foi uma decisão do governo para se livrar do problema. A nossa grande briga, naquele momento, foi negociar os percentuais com a Secretaria da Fazenda, e, ali, contei com a ajuda de gente muito competente. Basicamente foi a Unicamp que liderou aquele processo de discussão. Eu tinha comigo o Waldemar Giomi, que tinha sido o chefe de Planejamento Orçamentário no governo Montoro e que ajudou a consolidar aqueles dados, e pudemos definir um critério que realmente significou uma garantia para a universidade. Naquele momento as en-

tidades foram resistentes à idéia. Foram os reitores que tomaram a liderança, e eu me lembro que dentro da universidade tivemos que enfrentar uma certa resistência. Acho, portanto, que o resultado é positivo.

Adusp - O caminho adotado na autonomia das universidades federais não é o mesmo das estaduais paulistas. Ainda assim o sr. considera a proposta de autonomia das federais muito melhor. Por quê?

Paulo Renato - Ela é melhor porque coloca uma garantia de recursos na própria Constituição. Não é um

Hoje, se olharmos os resultados da autonomia no estado de São Paulo, não há dúvida que são positivos. A universidade é mais eficiente, aumentou o número de alunos, reduziu custos, melhorou a relação professor/aluno, funcionário/aluno; se tornou mais eficiente, ampliou o serviço social que presta.

decreto, não é algo que pode ser mudado. Ela absorve a experiência de São Paulo e inova para melhor. São quatro os aspectos da autonomia: 1) orçamento global, é o que nós temos em São Paulo; 2) possibilidade de definição das próprias carreiras, também é o que temos em São Paulo; e, agora, o que não temos em São Paulo 3) a garantia constitucional dos recursos e 4) a constituição de um fundo com os 75%, em que a cada ano 95% do dinheiro – isto não está na proposta de emenda constitucional, será discutido depois, em lei complementar – são distribuídos de acordo com o caráter histórico que a universidade teve no ano anterior e os 5% restantes são distribuídos de acordo com o número de alunos, com as pesquisas. Enfim, com critérios para estimular as universidades a aumentar o serviço que presta à sociedade.

Adusp - Se é, realmente, um avanço como o sr coloca, por que até o reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, se posicionou contra, preocupado em relação à possibilidade de a autonomia nas federais vir a afetar a autonomia das estaduais paulistas?

Paulo Renato - Acho que o Fava foi equivocado na sua crítica, e, além disso, a crítica dele se referia a uma proposta anterior que tínhamos, que era a de deixar para definir em lei muitos aspectos da autonomia. O texto dizia: “na forma da lei”. Essa idéia foi mal compreendida e nós a abandonamos. Partimos para o contrário, ou seja, para definir o que queremos, o que é necessário, como o parágrafo do artigo 207 da Constituição para garantir a autonomia das federais. Nesse aspecto ele se refere especificamente às federais. Não toca em nada que seja de outro sistema de ensino.

Adusp - Um dos artigos da proposta de alteração do artigo 207 da Constituição diz: “A União transferirá, anualmente, por 10 anos, 75% do total dos recursos vinculados ao ensino que arrecadar...para a formação do Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior”. Não há, portanto, nenhuma garantia de recursos a partir desses 10 anos. O que vai ocorrer após esse prazo?

Paulo Renato - Não vai cair para zero. Daqui a 10 anos pode haver um presidente que queira aumentar ou fazer proposta de aumentar para 100% dos 18%, ou pode haver outro que diga que vai criar um sistema novo, um sistema, por exemplo, de escolas técnicas superiores, como existe na Alemanha. Daqui a 10 anos, temos que sentar de novo e ver o que está acontecendo. Acho que seria realmente irresponsável colocarmos na Constituição, para sempre, que 75% vai para

este sistema de ensino superior que temos aqui hoje. A sociedade tem que sentar, daqui a 10 anos, e rever essa questão. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental também foi fixado em 10 anos, porque sei que, talvez daqui a 10 anos, o nosso problema principal seja o ensino secundário e não o fundamental. A população está mudando, a taxa de natalidade está caindo; o mundo muda, e nós não podemos fixar uma regra que seja para todo o sempre.

Adusp - *Desculpe, mas diante desta explicação só posso acreditar que, daqui a 10 anos o sr. pretende ser o presidente da República para garantir que os investimentos nas universidades federais não venha a ser zero.*

Paulo Renato - Em primeiro lugar, eu não pretendo nunca ser candidato a presidente da República, e, em segundo, este zero não pode ser zero porque a universidade continuará sendo pública. Haverá sempre compromisso. Nós temos que parar com a paranóia de estar sempre buscando um mecanismo de acabar com a universidade pública. A universidade é valiosa. Não podemos fechar uma UFRJ, ela tem uma contribuição importantíssima para o nosso desenvolvimento. Nós não podemos fechar uma Unicamp, uma USP. Não se trata disso, a universidade se coloca, às vezes, um pouco paranóica de achar que a sociedade quer matá-la. Isso não é verdade. Nós devemos, com tranqüilidade, observar que, quanto mais serviço a universidade prestar para a sociedade, mais a sociedade vai depender dela. Esta autonomia vai permitir que a sociedade a valorize porque ela será mais eficiente, ela ampliará as vagas. Não vejo motivo para temer em relação ao que vai acontecer daqui a 10 anos.

Adusp - *Se o sr. não pretende se candidatar à presidência da República para garantir estes recursos, é bem possível*

Em primeiro lugar, eu não pretendo nunca ser candidato a presidente da República, e, em segundo, este zero não pode ser zero (sem investimento) porque a universidade continuará sendo pública...

Nós temos que parar com a paranóia de estar sempre buscando um mecanismo de acabar com a universidade pública. A universidade é valiosa.

que, daqui a 10 anos, tenha de haver uma grande mobilização para que as verbas para as federais venham a ser garantidas pela União.

Paulo Renato - Por que não? Pode ser que, daqui a 10 anos, em vez de dizer que valerá por 10 anos, este percentual venha a ser revisado, tudo bem.

Adusp - *Segundo avaliação da Andes, esta proposta de autonomia do governo federal vai reduzir os investimentos nas universidades federais. O sindicato aplicou esta proposta ao exercício consolidado de 1995 e chegou à conclusão que, se a lei já estivesse sendo aplicada naquele ano, haveria uma sensível queda nos investimentos, algo em torno de 53%.*

Paulo Renato - Olhei estes dados e demorou quinze segundos para ver que eles são falaciosos. Lamento que professores universitários estejam tentando manipular os dados da forma como foram manipulados. Sempre deixei claro no nosso projeto que os 75% dos 18% se referem à garantia de financiamento da parte ativa da universidade. Eles comparam, no ano de 95, os 75% com o total dos gastos, in-

cluindo os inativos. Um aluno bem-intencionado de segundo ano do colegial não faria este cálculo.

Adusp - *Mas o pagamento dos inativos não entra nessa conta?*

Paulo Renato - Entra, mais ficou muito claro que não entrará na garantia dos 75%. Está escrito isso.

Adusp - *Até aqui mantivemos uma entrevista em cima de dados, valores e propostas. Gostaria de, a partir de agora, formular perguntas gerais sobre a sua pasta e também sobre educação. E a primeira delas é a seguinte: A revista Veja já o taxou de marketeiro numa matéria intitulada "O marketing na educação". A matéria era verdadeira? Existe algum problema entre o sr. e a revista?*

Paulo Renato - Não, a *Veja* tem coberto bem o Ministério da Educação. As matérias têm um viés crítico com relação a tudo, e, na verdade, hoje, temos resultados para mostrar. Temos o Fundo de Desenvolvimento de Educação, que já foi aprovado; criamos a TV Escola, descentralizamos os recursos direto para a escola, dobramos o número de livros didáticos, ou seja, tapamos a boca de quem criticava este assunto.

Adusp - *E com relação aos R\$ 300 reais de salário para os professores, num primeiro momento o sr. falou em mínimo nacional, depois em salário médio. Afinal, é mínimo ou médio?*

Paulo Renato - Isso é fácil de se comprovar, porque a primeira bancada com quem eu me reuni para discutir o fundo antes de apresentar o projeto foi uma bancada do PT na Câmara dos Deputados. Se você for olhar o documento que eu distribuí para a bancada do PT, estava escrito salário médio. Então, nunca houve esta coisa que era o mínimo e depois ficou médio. Isso foi uma maldade comigo. Na revista *Veja*, na coluna do Anselmo Góis, ele fez esta maldade em dizer que eu havia mudado, quando tenho

documento que prova o contrário. Minha especialidade é salários, emprego e salários, e esta foi a minha tese de doutorado na Unicamp. Eu trabalhei na OIT muitos anos, e esta é a minha especialidade. Este cálculo eu não erraria nunca.

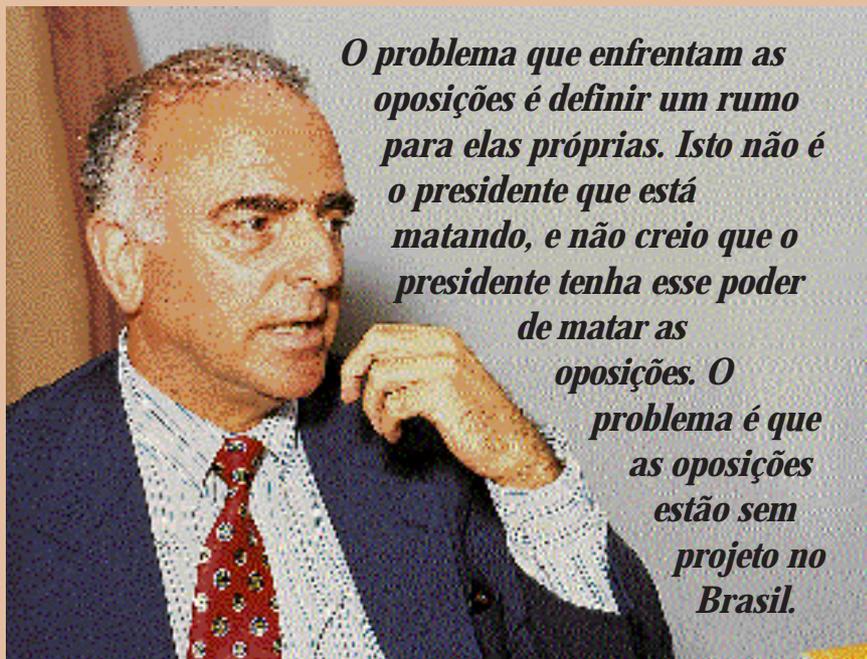
Adusp - E a questão do gasto de R\$ 300 por aluno/ano, como anda?

Paulo Renato -

Nós vamos garantir o mínimo nos Estados mais carentes, mas nos Estados mais ricos esta média já é maior hoje, e será maior ainda. Portanto, calculo que a nossa média nacional de aplicação de recursos no primeiro grau, a partir do ano que vem, andarà em torno de R\$ 450/500. É claro que ainda é pouco, nós precisamos investir mais no ensino fundamental, e é preciso buscar mais recursos para isso. Temos que entender que o orçamento é finito, isto é uma regra básica, e temos que decidir onde é que queremos sacrificar para investir mais no ensino fundamental.

Adusp - O fato de esses R\$ 300/aluno não estarem especificados no orçamento de 97 significa uma derrota do seu ministério para a área econômica do governo?

Paulo Renato - Não, isto está garantido, quem propôs a emenda constitucional fomos nós. O problema é que, quando a apresentamos ao orçamento, ela não estava sequer aprovada. Então, não podíamos colocar no orçamento um fundo que era inexistente. Colocamos no orçamento uma rubrica onde poderemos suplementar os recursos para garantir o valor de R\$ 300.



O problema que enfrentam as oposições é definir um rumo para elas próprias. Isto não é o presidente que está matando, e não creio que o presidente tenha esse poder de matar as oposições. O problema é que as oposições estão sem projeto no Brasil.

tos, e acho que vamos acelerar esse processo. Acredito que poderemos, num espaço de cinco ou seis anos, ter este índice reduzido significativamente.

Adusp - O professor Francisco de Oliveira, em entrevista à Revista Adusp, afirma que o presidente Fernando Henrique está matando as oposições, as idéias, e destruindo os seto-

res organizados da sociedade. Gostaria que o sr. comentasse essa análise e falasse de sua relação com a Andes, enquanto entidade sindical.

Paulo Renato - Não concordo com Chico de Oliveira. O problema que enfrentam as oposições é definir um rumo para elas próprias. Isto não é o presidente que está matando, e não creio que o presidente tenha esse poder de matar as oposições. O problema é que as oposições estão sem projeto no Brasil. Este ponto me parece fundamental. Elas estão se autodestruindo por falta de projeto. Voltando à questão da Andes, quero reafirmar que tenho o maior interesse em poder conversar com todos os segmentos da universidade. Tenho o maior interesse em conversar com a Andes numa base de transparência e honestidade. Quando vejo coisas como estes dados que discutimos antes, realmente fico um pouco revoltado com a manipulação. Acho que isto não é próprio e não conduz ao entendimento. Tenho me mostrado disposto a começar um entendimento desde que seja numa base em que vamos para o debate desarmados de preconceitos, de idéias pré-concebidas, e se possa realmente discutir o futuro viável para a universidade brasileira.

Adusp - Estava lendo, na ante-sala do seu gabinete, uma publicação do MEC na qual o sr. afirma ter adotado "medidas eficazes para erradicar o analfabetismo do país". Como nós temos apenas dois anos para que seja cumprido o preceito constitucional de erradicarmos o analfabetismo no país, gostaria de saber como o MEC pretende alfabetizar cerca de 20 milhões de pessoas até 1998?

Paulo Renato - Não, isso não será possível em dois anos. O que houve basicamente foi o seguinte: nunca foi aplicado o preceito constitucional que mandava dedicar 50% do recurso da educação para o primeiro grau. A universidade absorveu mais do que isso. Nunca se aplicou, nos últimos anos, o recurso necessário, e por isso mudamos, agora, no sentido de garantir mais recursos, inclusive federais, com a mudança no artigo 60 das disposições transitórias.

Adusp - Qual a expectativa de prazo no MEC para erradicar o analfabetismo?

Paulo Renato - Estamos iniciando um programa de parcerias através do programa de alfabetização solidária com o setor privado, com as universidades, com as escolas de segundo grau, especialmente no Nordeste, onde se concentra o maior índice de analfabe-